

FRITZ NUNES



Posições pela greve perderam por apenas um voto de diferença

Greve, perspectiva distante

Motivos existem de sobra para uma greve, no entanto, num quadro de desmobilização, a iniciativa seria pouco produtiva. Esse acabou sendo o sentimento que norteou a maioria dos docentes que esteve presente na assembléia do dia 16 de agosto. Nessa plenária, mais uma vez, avaliou-se o indicativo de greve tomada na reunião do setor das federais do ANDES-SN, no final de julho, em São Luís (MA). Se 30 professores assinaram a lista de presença, apenas 20 ficaram até o final para deliberar sobre o indicativo. O resultado foi apertado: 10 contra e 9 a favor e mais uma abstenção. Acabou prevalecendo o argumento do professor do Centro de Educação, Clovis Guterres, de que “as pessoas precisam ter consciência do que está acontecendo, pois não podemos fazer greve pelos outros”. A posição da SEDUFMS foi levada para nova reunião do setor das IFES, dia 25 de agosto, em Brasília.

A proposição de se apontar para um movimento grevista já tinha sido analisada no dia 17 de julho na UFSM, quando também havia sido rejeitada. No próximo encontro, em Brasília, quando serão analisadas as deliberações de todo o país, a SEDUFMS terá como representante a professora Maristela Souza, aprovada na última assembléia. Apesar de a posição do ANDES e da SEDUFMS ter

sido derrotada em assembléia, com margem reduzida, há quem acredite na necessidade de uma greve. O professor do curso de Economia, que é também diretor da SEDUFMS, Sérgio Prieb, considera importante sinalizar à categoria e ao governo que há um descontentamento em relação às políticas que vêm sendo implementadas nas universidades federais.

Quando se fala na “sobra” de argumentos, a referência que se tem vai de questões como o possível congelamento salarial, a implantação do plano de reestruturação das universidades (REUNI) até a regulamentação do direito de greve. Além da questão salarial, o REUNI é, indubitavelmente, um dos temas que mais preocupa pela possibilidade de precarização do trabalho docente (*ver página 06*). Especificamente quanto a esse programa de reestruturação, no que se refere à necessidade de avaliá-lo com mais profundidade, conforme sugestão do professor do departamento de Estatística, João Eduardo Pereira, formou-se uma comissão para fazer a avaliação técnica e política do programa. O grupo está composto inicialmente pelos seguintes docentes: Clovis Guterres, João Eduardo Pereira, Iberê Nodari, Júlio Quevedo, Paulo Burmann, Getúlio Retamoso e Diorge Konrad (*ver matéria e foto na pág. 06*).



Rafael Cabral Cruz, 43, professor, diretor pró-tempore do Centro de Ciências Rurais da Unipampa/São Gabriel.

“Acho justo que se estabeleça, neste momento, o sistema de cotas. Mas não acho que resolverá o problema. É uma forma de manifestar e escancarar à sociedade brasileira as suas feridas e escancarar o fato de que a educação no Brasil está em falência geral. O sistema de cotas tem que ser contextualizado em dois momentos. Primeiro, é do ponto de vista conceitual, dentro da nossa Constituição de 1988, quando 'todos são iguais perante a lei'. Isso nos leva num primeiro momento a discutir a constitucionalidade de qualquer sistema de cotas. Em longo prazo, numa sociedade essencialmente democrática, isso nos remeteria à sociedade ideal; a um posicionamento contrário às cotas. Porém, nós consideramos a nossa realidade social e verificamos que a participação dessas minorias dentro das universidades, não corresponde em termos populacionais à realidade dos egressos do ensino médio. Então, aí, nós ficamos preocupados, por que os percentuais não são os mesmos? Eu acho que política de cotas não resolve o problema. Simplesmente abre a discussão. Nos remete a uma discussão de todo o sistema de ensino brasileiro, que está extremamente deficiente”.

Claudia Ruberg, 34, professora, sub-chefe do departamento didático, Centro de Ciências Rurais da Unipampa/São Gabriel.



“Eu tenho uma preocupação de que pode (a reserva de vagas) gerar um estímulo ao preconceito e à discriminação. No momento, eu vejo dessa forma: se um candidato não se enquadra dentro do grupo, eu posso dizer que alguém que seja desse grupo e queira concorrer às outras vagas (reservadas) é possível alegar, que ele tem as suas próprias vagas. Isso gera uma separação. Quem tem tal condição vai concorrer somente àquelas vagas específicas; e quem não tem, nunca vai poder pleitear as outras. Existem algumas situações de discriminação vivenciadas pelos colegas, não exatamente nesse sentido. Por exemplo, um rapaz ingressou na universidade no curso de Engenharia e resolveu fazer Medicina. Porém, ele não prestou vestibular, conseguiu uma transferência de curso. Entretanto, todos os seus colegas da Medicina passaram a discriminá-lo, por ele não ter entrado pelo vestibular. Com isso, eu acho que a forma de ingresso pode gerar a discriminação”.

Rejeição também é virtual

E, se por um lado, a assembléia para discutir temas como REUNI e indicativo de greve atrai um público pequeno: no dia 17 de julho foram 20 docentes e, na última, dia 16 de agosto, foram 30, quando se trata de participação pela internet, a discussão parece agradar. Ao menos se levarmos em conta o número de participantes da enquete disponibilizada na página da SEDUFMS entre os dias 3 e 15 de agosto. A pergunta era: “Qual a sua opinião sobre a realização de uma greve nas universidades?”.

Participaram 257 internautas e, a opção vitoriosa foi “sou a favor de que haja formas diferentes de pressão ao governo”, com 38.9%. A segunda opção foi “sou a favor, pois as questões salarial e de estrutura das universidades estão insustentáveis”, com 26.5%. Logo a seguir vieram “Sou contra. O sindicato deve continuar tentando o diálogo com o governo”, com 21.8% e, “sou contrário, pois as greves não têm gerado grandes conquistas”, com 12.8%.

Ressalte-se que, na enquete posta na página, qualquer pessoa pode participar o que, de certa forma, pode descaracterizar o resultado. Entretanto, é um indicativo de quanto o tema é polêmico e, que, a participação tende a ser maior no espaço virtual que no espaço real. Após a assembléia do dia 16 de agosto, a SEDUFMS também recebeu correspondência eletrônica de docentes comentando favoravelmente ao resultado da deliberação.

ELES DISSERAM

“Juntou a fome com a vontade de comer”. (Hugo de Faria, trabalhista, sobre a aproximação de João Goulart com o PCB, assunto do livro 'Jango - As Múltiplas Faces', na Folha de São Paulo, 19.08.07)

“O terreno para o presídio nós já temos”. (Carlos Roberto Sant'Ana, secretário de Segurança de São Leopoldo, sobre o presídio especial para jovens, de 18 a 24 anos, que será construído no RS, um dos 94 projetos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, para combater a insegurança em todo o Brasil, na Zero Hora, 21.08.07)

“Sou inocente e vou provar”. (José Dirceu, ex-ministro e ex-deputado federal do PT, sobre a previsão de abertura do processo do Mensalão e a suposta participação na chefia da quadrilha que teria cometido atos ilegais para se perpetuar no poder, no Correio do Povo, 21.08.07)